

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000 (nº 6.167, de 2002, na Câmara dos Deputados)

1

Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 6.167, de 2002, na Câmara dos Deputados)
Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cajucultura – Funcaju, e dá outras providências.	Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
<b>Art. 1º</b> É o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – Funcaju, cuja finalidade constitui-se em:	<b>Art. 1º</b> É criado o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU, com os seguintes objetivos:
I – desenvolver o financiamento e a modernização da agroindústria do caju e seus produtos derivados;	I – desenvolver o financiamento e a modernização da agroindústria do caju e de seus produtos derivados;
II – incentivar o aumento da produtividade da cajucultura e produtos derivados;	II – incentivar o aumento da produtividade da cajucultura e dos produtos derivados;
III – fortalecer a exportação de produtos relacionados à agroindústria do caju;	III – fortalecer a exportação de produtos relacionados à agroindústria do caju;
IV – incentivar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à agroindústria do caju; e	
V – promover a defesa do preço do mercado interno e externo, e das condições de vida do trabalhador rural.	IV – promover a defesa do preço dos mercados interno e externo e das condições de vida do trabalhador rural.
<b>Art. 2º</b> O Funcaju terá como fonte de recursos:	<b>Art. 2º</b> O Funcaju tem por fonte de recursos:
I – recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;	I – recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
II – doações e contribuições, a qualquer título, de entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, e de pessoas físicas;	II – doações e contribuições a qualquer título de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, e de pessoas físicas;
III – recursos provenientes de convênios firmados com instituições públicas e privadas; e	III – recursos provenientes de ajustes e convênios firmados com instituições públicas e privadas;
IV – rendimentos de aplicações financeiras.	IV – rendimentos de aplicações financeiras em geral.
<b>Art. 3º</b> Os recursos do Funcaju serão destinados a:	<b>Art. 3º</b> Os recursos do Funcaju destinam-se a:
I – apoiar o desenvolvimento da cultura do caju, promovendo a disseminação de tecnologias que concorram para o aumento da produtividade e da qualidade do produto;	I – apoiar o desenvolvimento da cultura do caju, promovendo a disseminação de tecnologias que concorram para o aumento da produtividade e da qualidade do produto;
II – fortalecer o agronegócio do caju, no sentido de expandir os diversos segmentos de sua cadeia produtiva;	II – fortalecer o agronegócio do caju, para expandir os diversos segmentos de sua cadeia produtiva;
III – realizar pesquisas tecnológicas, estudos e diagnóstico sobre a cultura do caju;	III – realizar pesquisas tecnológicas, estudos e diagnósticos sobre a cultura do caju;
IV – garantir o treinamento de mão-de-obra para trabalho nos segmentos agrícola e industrial da cultura e beneficiamento do caju;	IV – garantir o treinamento de mão de obra para trabalho nos segmentos agrícola e industrial da cultura e beneficiamento do caju;
V – investir na melhoria da infraestrutura de apoio à produção e comercialização do caju e seus derivados para os mercados interno e externo;	V – investir na melhoria da infraestrutura de apoio à produção e comercialização do caju e de seus derivados para os mercados interno e externo;
VI – investir na melhoria da infraestrutura das regiões produtoras de caju, compreendendo a modernização de estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos Estados produtores, que	VI – investir na melhoria da infraestrutura das regiões produtoras de caju, compreendendo a modernização de estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos Estados produtores, que



# **Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000 (nº 6.167, de 2002, na Câmara dos Deputados)**

2

<b>Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000</b>	<b>Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 6.167, de 2002, na Câmara dos Deputados)</b>
visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;	visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;
VII – estimular e apoiar cooperativas e produtores sintonizados com os objetivos do Funcaju;	VII – estimular e apoiar cooperativas e produtores sintonizados com os objetivos do Funcaju;
VIII – promover a cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cajucultura;	VIII – promover a cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cajucultura;
IX – promover campanhas publicitárias destinadas ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;	IX – promover campanhas publicitárias destinadas ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;
X – promover pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução de políticas de comercialização voltadas para a conquista de novos consumidores;	X – promover pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução de políticas de comercialização voltadas para a conquista de novos consumidores;
XI – estimular e financiar a substituição de copas de cajueiros que não <b>tenham</b> boa produtividade; e	XI – estimular e financiar a substituição de copas de cajueiros que não <b>apresentarem</b> boa produtividade;
XII – estimular e financiar o aumento da área plantada com cajucultura.	XII – estimular e financiar o aumento da área plantada com cajucultura.
<b>Art. 4º</b> O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará esta Lei, para viabilizar o funcionamento do Funcaju, atendendo às seguintes diretrizes:	
I – formulação de um programa nacional voltado para o desenvolvimento do agronegócio do caju;	
II – criação de linha de crédito especial, com encargos diferenciados, destinada, exclusivamente, aos produtores e cooperativas envolvidos com a produção e o agronegócio do caju; e	
III – determinação dos órgãos e instituições responsáveis pela operação do Funcaju e pela formulação e implementação do programa referido no inciso I deste artigo.	
<b>Art. 5º</b> Esta Lei entra em vigor <b>na data</b> de sua publicação.	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor <b>no primeiro dia do exercício financeiro imediatamente subsequente ao</b> de sua publicação.